

## O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974)

---

Rosa Maria Sobreira

Escola Superior de Tecnologia e Gestão  
do Instituto Politécnico de Leiria

*Resumo:*

Este artigo foca a questão do ensino do jornalismo em Portugal durante o Estado Novo, procurando relacionar este tema com a profissionalização dos jornalistas portugueses. Queremos saber como era encarado, em que termos era problematizado, que visibilidade obtinha o tema.

*Palavras-chave:*

Estado Novo; Jornalistas; Ensino; Profissionalização.

Em termos sociológicos, não é possível separar a questão da profissionalização dos jornalistas da formação/educação académica dos mesmos. Tradicionalmente, a sociologia promove uma «não profissão» ao estatuto de «profissão» quando essa «profissão» reúne um conjunto de atributos ou parâmetros. Desse conjunto faz parte o «corpo teórico sistematizado» (Greenwood, 1957), também designado de «conhecimento especializado» (Noobs, 1983), «base cognitiva» (Soloski, 1989), «conhecimento generalizado e sistematizado» (Barber: 1963) que serve para definir um conjunto de conhecimentos teórico-

-práticos, suficientemente estável e organizado de forma sistemática e abstracta, onde estão descritos os procedimentos relacionados com a actividade profissional.

A capacidade de controlo que os membros de uma «profissão» exercem sobre o processo de aprendizagem e educação, reveste-se de grande importância porque determina o nível de profissionalismo da mesma. No caso do jornalismo, esta visão é apontada por Soloski, defensor de que uma «profissão» só existe, enquanto tal, depois «de assegurar o controlo sobre a base cognitiva da profissão» (Soloski, 1989). É através da intervenção na organização e no «estabelecimento do ensino acreditado em institutos superiores e universidades», que as profissões asseguram a aceitação de uma «base cognitiva» dominante aos futuros profissionais e a standardização da produção jornalística, assim como a aceitação dos ideais/objectivos dominantes da cultura jornalística (Soloski, 1989).

Mas o processo educativo não garante apenas a transmissão de procedimentos profissionais e da *performance* profissional. A preparação académica influencia directamente a construção e evolução do próprio «corpo teórico» e indirectamente o comportamento da comunidade profissional. É apanágio do ensino superior incentivar a investigação, a discussão e o intercâmbio de conhecimento. Este processo, gerador de autocrítica e por vezes controvérsia (Greenwood, 1957) é, também, responsável «pela criação de um novo e melhor conhecimento profissional» (Barber, 1963: 674).

Para além deste aspecto evolutivo, o ensino desempenha uma outra importante função num processo de profissionalização. Para Barber, os responsáveis pela transmissão da base cognitiva, ao transmitir valores éticos, ao transformar os códigos de deontologia em objecto de análise e reflexão e apresentar modelos profissionais a seguir, desenvolvem uma função crítica. Isto é, apontam e analisam os desvios ocorridos no meio profissional (Barber, 1957), assumindo o papel de «watchdog» moral para com a sua profissão. Este papel de «watchdog» se, por um lado, cria tensão entre o domínio académico e domínio profissional, por outro, contribui para a elevação dos padrões éticos da própria «profissão» (Barber, 1963: 675).

Neste trabalho não pretendemos entrar na discussão sociológica de quais os melhores caminhos para aceder à profissão, em termos de formação dos candidatos, nem na polémica de que esta visão funcionalista não pode ser aplicada ao jornalismo.

O que nos propomos fazer é revelar a forma como os jornalistas portugueses viam, historicamente, a questão do ensino, que importância assumia nos seus discursos e se a associam à profissionalização da «classe». Quais as opiniões, as polémicas e contradições que esta problemática causava entre aqueles que se dedicavam ao jornalismo, sobretudo, no período do Estado Novo.

## Jornalistas «predestinados»

Segundo Thomas Ferenczi, em França, a discussão sobre a necessidade de ensino para jornalistas começou nos anos 90 do século XIX e, apesar de muitos jornalistas não conseguirem imaginar como «o gosto, o talento, a intuição», que caracterizava «os homens de letras», pudessem ser adquiridos numa escola, em 1899 surgia uma Escola Superior de Jornalismo naquele país. A sua fundação é apontada como um importante elemento de desenvolvimento de um «esprit de corps» entre os jornalistas franceses (Ferenczi, 1996).

A França não foi, contudo, pioneira no ensino do Jornalismo. As primeiras experiências nesta área foram realizadas nos Estados Unidos da América, em 1869.

No final do século XIX, a questão da formação profissional dos jornalistas vinha sendo apresentada em vários encontros internacionais de jornalistas. O «Congresso Internacional da Imprensa», realizado em Lisboa, em 1898, não fugiu à regra e «O ensino profissional do jornalismo» foi um dos assuntos discutidos pelos jornalistas nacionais e estrangeiros presentes no evento.

No entanto, antes de 1941, as referências a iniciativas relacionadas com a formação dos jornalistas em Portugal são muito escassas. O jornalista Rafael Ferreira, que iniciou a carreira ainda no século XIX, faz referência às «escolas» da Associação de Escritores e Jornalistas de Lisboa, mas não esclarece se essas escolas tinham alguma componente de formação jornalística (Ferreira, 1945: 14).

A primeira indicação sobre a intenção de criar uma «escola de jornalismo em Portugal», surge, em 1926, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa. O projecto foi, no entanto, condenado logo à nascença pelo director do *Comércio do Porto*, Bento Carqueja, defensor de que «assim como não há escolas de poesia, também não as pode haver de formação de jornalistas» (Citado em Cunha, 1941: 30/31).

Nos anos 30, encontramos alguns elementos que podem indicar ter havido algum debate sobre a necessidade de ensino para jornalistas. Em 1936, João Paulo Freire, director do *Diário da Noite*, publicou o livro *Escolas de Jornalismo*, onde reuniu um conjunto de artigos publicados naquele jornal sobre a problemática do ensino jornalístico. Este jornalista portuense perguntava se deveria existir uma escola que preparasse os jornalistas portugueses para exercer a profissão. Depois de analisar o ensino do jornalismo em vários países, João Paulo Freire chegou à conclusão que, nesses países, o insucesso tinha sido maior que o sucesso, uma vez que a frequência dos cursos não entusiasmava os alunos, nem garantia melhores colocações para os que o faziam.

João Paulo Freire tinha a mesma posição dos jornalistas franceses do século XIX: «o verdadeiro jornalista não se faz. Nasce feito». No entanto, uma escola sempre serviria para «educar convenientemente a espontaneidade exuberante,

que se fortaleceria se educada convenientemente» (Freire, 1936: 20). Por isso, João Paulo Freire, sugeria que essa formação fosse assegurada pelo Sistema Nacional de Ensino e que a formação fosse equivalente aos cargos ocupados dentro do jornal. Assim, todos os candidatos a jornalistas deveriam frequentar o curso geral dos liceus, acrescentando-lhe «um ano de preparação jornalística». Os que tivessem «aspirações de mando e de destaque» frequentariam o Curso Superior de Jornalismo, que deveria ser agregado ao Curso Superior de Letras, com a duração de 3 anos (Freire, 1936: 32/33).

Este jornalista portuense lamentava que, quatro anos depois da apresentação das suas propostas, nada se tivesse feito nesta matéria. No entanto, a sua posição é esclarecedora sobre a visão que os jornalistas portugueses tinham do ensino do jornalismo na década de 30. Para os que defendiam a criação de uma escola, esta surge como um instrumento útil, mas não essencial para a aquisição de um conjunto de técnicas que assegurassem o exercício adequado da «profissão» ou para controlar o acesso à mesma.

### **O projecto de Luís Teixeira**

O primeiro projecto neste âmbito surgiu em 1941, proposto pelo Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ). Nesse ano, Luís Teixeira, presidente do Sindicato, apresentou ao subsecretário de Estado da Educação Nacional o projecto de um «Curso de Formação Jornalística».

Luís Teixeira não só elaborou o projecto, como justificava a sua implementação com a necessidade de «valorização profissional dos jornalistas e o elevar o seu nível cultural até aos limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa» (Boletim Informativo do SNJ, 1941: 5).

Este responsável sindical não só associava a questão da formação jornalística à «dignificação da imprensa», como defendia que o recrutamento dos jornalistas, que até aí se fazia «por tentativas de experiência incertas e pouco seguras nos seus resultados,» era factor de diminuição da profissão (Boletim do SNJ, 1941: 5). Era por isso necessário um «encaminhamento (...) que [orientasse] e [aproveitasse] para uma finalidade justa o esforço de autodidactas dos que [faziam] do jornalismo o seu modo de vida e [punham] ao seu serviço as melhores energias intelectuais» (Boletim do SNJ N<sup>o</sup>1, 1941: 5).

Este curso «teórico e prático da profissão de jornalista» teria a duração de dois anos e funcionaria na Sede do Sindicato. Anualmente seriam admitidos 30 alunos, desde que possuíssem habilitações mínimas equivalentes ao 9<sup>o</sup> ano, ou exercessem a profissão de jornalista há mais de um ano.

A componente teórica do curso incluía as seguintes áreas de formação: «A Formação Profissional do Jornalista», «A Educação Política e Histórica do

Jornalista»; «Os Estados Modernos e o Direito Internacional Público»; «Os Grandes Problemas Económicos Actuais»; «História Geral da Imprensa»; «A Formação e Evolução do Jornalismo Profissional em Portugal» e «Legislação da Imprensa».

A nível prático, os estudantes receberiam formação nos seguintes domínios: estenografia, língua portuguesa, língua francesa e «exercícios práticos de jornalismo».

O ensino seria complementado com visitas de estudo às redacções e oficinas gráficas dos jornais e teria uma segunda componente: as conferências livres, que serviriam de complemento às cadeiras teóricas.

Para ministrar as várias cadeiras foram convidados nomes de referência do jornalismo português de então como Alfredo Cunha, António Ferro, Augusto de Castro, Acúrcio Pereira, Aprígio Mafra, Norberto Lopes, Jaime Leitão, Ricardo Ornelas, Luís Freitas Branco, Manuel Múrias, Marcelo Caetano, Júlio Dantas, entre outros.

O SNJ pretendia entregar, mais tarde, a coordenação do curso ao Ministério da Educação Nacional, mais especificamente ao Instituto para Alta Cultura.

Apesar da iniciativa do Sindicato e de o projecto ter sido detalhadamente elaborado, este não chegou a ser concretizado e «ficou esquecido nas gavetas do poder» (Marcos, 1986: 282).

De salientar que, neste mesmo ano, 1941, a Espanha, sob um regime político semelhante, criou a primeira escola para jornalistas a nível oficial. Mas em Portugal continuava bem enraizada a ideia de que o jornalismo não era uma actividade que dependesse de preparação académica específica. Como vimos atrás, os jornalistas «nasciam», não se faziam, pelo que terá sido difícil o SNJ fazer vingar a ideia de um curso, mesmo que de curta duração entre os que defendiam que a *tarimba* era quanto bastava para formar jornalistas.

É possível encontrar testemunhos que denunciam duas correntes, uma mais moderada e outra mais extremista. Do lado dos extremistas podemos citar Hugo Rocha, jornalista do *Comércio do Porto*, defensor de que, ao contrário do que acontecia noutras «profissões», um jornalista não se fazia: «Os mesteres intelectuais requerem uma espécie de predestinação», afirmava Rocha. Para ele, o verdadeiro jornalista trazia «do ventre da mãe predisposição profissional», assim como as qualidades intelectuais e morais necessárias à «profissão». Para Rocha, o resto aprendia-se com os mais velhos passando pelos vários serviços do jornal. Rocha era totalmente contra a existência de um curso superior para jornalistas. Ironizando, Rocha dizia: «um doutor em jornalismo» face a uma situação não saberia «aplicar a prática, na emergência, a teoria que aprendeu». Para este jornalista, a profissão exigia múltiplos conhecimentos de cultura geral, mas não a especialização. O jornalista deveria ser «generalista» e «polivalente»,

capaz de intervir em todos os sectores do jornal desde o «cabeçalho» até ao rodapé da última página. A competência profissional era proveniente de muita leitura, viagens, «observação directa, “meter o nariz em tudo”, «astúcia, ousadia e contacto com a realidade» (Rocha, 1946: 16-24).

Mais moderado encontramos Alfredo Cunha que, em 1941, recordava uma entrevista que tinha concedido a uma «folha», em 1916, em que expõe a sua posição sobre o assunto:

*«Evidentemente ao profissional da imprensa, para que possa exercer como deve o seu ofício, convém uma educação especial. Toda a arte tem a sua técnica, e toda a técnica exige, ou pelo menos, muito lucra com a preparação e a aprendizagem. Por isso (...) não se sabe bem por que é que o mister do jornalista continua sendo de simples improvisação.*

*Claro que tais escolas não formam, no rigor do termo, jornalistas. O verdadeiro jornalista, como o verdadeiro actor, como o verdadeiro artista, como o verdadeiro homem de negócios, nasce já com determinadas faculdades, que as escolas não fazem senão adestrar. E, em jornalismo, como noutra qualquer carreira, a vocação é ainda o principal» (Cunha, 1941: 32).*

No mesmo artigo, Alfredo Cunha congratulava-se com a iniciativa do Sindicato, que para além do curso, aspirava «criar, mais do que uma simples escola, uma espécie de Faculdade própria, que não ficaria mal numa Universidade, com um programa de disciplinas e um corpo docente» (Cunha, 1941: 32).

Analisando o Boletim do Sindicato, até 1945, não se encontram outros textos que abordem a questão do ensino como uma mais valia na construção de uma «identidade profissional» forte e conseqüente afirmação dos profissionais como comunidade autónoma. A este desinteresse, não terá sido alheio o facto de muitos dos jornalistas desse período – os líderes – regerem a sua actividade, ainda, pelas concepções do jornalismo do século XIX, doutrinal e literário, uma vez que as evocações ao passado são permanentes.

Podemos afirmar que, nos anos 40, a formação profissional dos jornalistas era vista como uma forma de elevação intelectual e moral dos jornalistas, mas não como um meio de construção ou reforço de uma cultura jornalística forte e profissionalizada pela generalidade da «classe», mesmo os defensores do ensino o encaravam com alguma displicência.

Em 1941, os novos estatutos do SNJ não referiam, em nenhum ponto, o projecto de ensino do jornalismo. Naquele momento, a preocupação dos responsáveis era a valorização da «classe» em termos dos vencimentos usufruídos e definir quem podia ser jornalista ou não, mas o ensino não surge apontado como um meio de exercer esse controlo. Aquele documento manifesta a intenção

de «cuidar do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional dos associados» (Estatutos SNJ, 1941: Artº. 15), mas não é descrito nenhum plano concreto que contribuisse para esse objectivo.

No início dos anos 50, a questão do ensino do jornalismo continuou a ser tratada com pouca convicção pela «classe». Fazendo uma análise dos textos publicados na *Gazeta Literária*, publicação editada pela Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP), a questão do ensino não surge com muita frequência ao longo desta década.

A *Gazeta* foi publicada pela primeira vez em Setembro de 1952 e incluía uma secção chamada: «Problemas que nos dizem respeito», dedicada quase exclusivamente aos problemas dos profissionais da imprensa. O número dois, saído no mês de Outubro de 1952, reproduzia um artigo publicado *Jornal de Notícias*, em que um jornalista, não identificado, defendia a criação de uma escola de jornalismo:

*«Uma Escola de Jornalismo se recomenda por todos os motivos, não apenas como elemento de cultura geral, indispensável a todos aqueles que praticam a profissão, mas como aprendizagem indispensável a todos os aspectos técnicos que ela abarca, e sem cujo conhecimento profissional da Imprensa nunca poderá ter uma verdadeira consciência jornalística». Este jornalista ia mais longe: «Se todas as profissões exigem aprendizagem – o jornalismo não a pode dispensar». Com um curso superior de jornalismo os que tivessem vocação seriam «valores positivos» que afirmariam «as suas reais qualidades no exercício da profissão» (Gazeta Literária, 1952: 26).*

Para este jornalista, caberia ao Grémio da Imprensa, ao SNJ e AJHLP tomarem a iniciativa de organizar o curso.

Em Janeiro de 1953, Juliano Ribeiro, jornalista do *Jornal de Notícias* com mais de trinta anos de carreira, perguntava-se na *Gazeta Literária*: «O jornalismo é profissão que se aprende?» Apesar de apresentar uma listagem dos países que possuíam escolas de jornalismo (Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, França, Suíça e EUA), esta não constituía um argumento a favor da implantação de uma Escola em Portugal. Para Juliano Ribeiro, os candidatos a jornalistas deveriam ser autodidactas:

*«Cultura, muita cultura, insistimos, o conhecimento e a prática, embora ligeiros, de uma ou duas grandes linguas universais. Muita Geografia e um pouco de História. O hábito de boas, escolhidas leituras. Tudo isto está certo e fica bem. Quanto a Escolas para jornalistas – que se pronunciem os “repórteres” do Porto que alheios à Escola tão boa conta dão de si!» (Ribeiro, 1953: 101).*

A secção «Problemas que nos dizem respeito» não volta a tratar a questão do ensino. Em contrapartida, as questões como o contrato colectivo de trabalho, a previdência, a idade da reforma, o abono de família, a acção do Sindicato,

são temas repetidamente abordados. Nos onze primeiros números da Gazeta, publicados entre Setembro de 1952 e Dezembro de 1953, a Caixa de Reformas dos Jornalistas aparece no título de seis artigos, o que é revelador das reais preocupações dos jornalista e do processo em curso naqueles anos.

Só em 1957, a *Gazeta Literária* volta a abordar o tema do ensino de uma forma indirecta. Danton Jobin, professor de jornalismo no Brasil, incitou, durante uma conferência sobre Jornalismo, na Faculdade de Letras de Lisboa, o Governo Português a criar uma Escola de Jornalismo. A mensagem foi captada pela *Gazeta Literária* que divulgava a posição daquele professor brasileiro citando Pulitzer: «única profissão para qual o homem já nasce preparado e prescinde de escola – é a de idiota» (Jobin, 1957: 48).

De 1945 a 1967, o SNJ não editou qualquer publicação regular que permita fazer o mesmo tipo de análise de conteúdo. Contudo, procuramos fazer uma análise semelhante através dos «Relatórios de Contas & Gerências» (R&C) da década de 50. Analisando os vários documentos, verificamos que a acção do Sindicato se centrou nas questões profissionais já antes abordadas: o contrato de trabalho, a previdência, a caixa de reformas dos jornalistas, os jornalistas das províncias ultramarinas, a reforma dos estatutos, entre outros.

Apenas no «R&C» de 1959 o tema «Escola de Jornalismo» era abordado. A propósito do problema da «admissão de novos profissionais», o Sindicato tinha manifestado junto do Ministério das Corporações e do Grémio Nacional de Imprensa Diária a sua «aspiração», de criar «uma Escola de Jornalismo, de tipo e carácter corporativos» (R&C, 1959: 4), que, segundo a Direcção, recebeu o «inteiro aplauso» daqueles organismos. Os responsáveis sindicais chamavam, ainda, a atenção para o facto de haver no mundo apenas «três ou quatro países onde não existe ainda um estabelecimento semelhante» (R&C, 1959: 4). Para o Sindicato, a escola, que teria o «carácter complementar e facultativo para todos os candidatos profissionais e a todos os profissionais em exercício», deveria «funcionar ao nível universitário, adstrita à Faculdade de Letras». Apesar desta posição, o «R&C» do ano seguinte não faz qualquer referência à dita escola. Consideramos, contudo, esta tomada de posição um importante marco em relação à questão, porque foi a primeira vez que o organismo encarregue da defesa dos interesses da «classe» colocou o ensino do jornalismo ao nível superior.

Podemos constatar que, na década de 50, prevalecia a concepção de que o exercício do jornalismo dependia mais de uma forte «vocação» e de qualidades naturais e que aos candidatos a jornalistas bastava o mínimo de cultura geral, sem a qual seria impossível a alguém, «por maior que [fosse] a vocação, exprimir-se em letra de forma nas páginas dos jornais» (R&C, 1959: 3). No entanto, a posição dos que defendiam uma escola de jornalismo foi ganhando adeptos e tornando-se mais visível.



A falta de formação dos profissionais passou a ser vista, como um dos principais motivos do subdesenvolvimento e ausência de espírito de iniciativa da imprensa portuguesa, porque pela «sinuosa via das influências ocultas, as Redacções eram uma porta escancarada à entrada de falhados» (Rodrigues, 1957: 71).

É interessante verificar que, neste período, a comparação com o estrangeiro era usada com alguma frequência pelos que defendiam a escola como um instrumento de preparação imprescindível ao exercício da «profissão», e principalmente como um meio para alcançar a sua dignificação moral e por consequência a dignificação material dos jornalistas:

*«Não queremos mais ouvir dizer que os jornalistas são mal pagos porque não têm categoria para ser melhor; que os jornalistas podiam constituir-se em Ordem se tivessem categoria para a formar» (R & C do SNJ, 1959: 4)*

Por outro lado, durante esta década, ressalta o facto de Portugal constituir uma excepção em relação ao resto do mundo por não possuir uma Escola de Jornalistas e de a própria profissão continuar a ser uma excepção em relação às outras por não exigir formação específica.

### **A radicalização do discurso**

Nos anos 60, a preocupação com o acesso de novos jornalistas à «profissão» intensifica-se e a formação académica surge como uma forma de os jornalistas controlarem quem entra e o modo como os candidatos entram na profissão.

Acentua-se a consciência de que só «vocação» não chega para responder às exigências de uma imprensa responsável e moderna. A imprensa e a «profissão» já não se compadecem com amadorismo ou fortes convicções.

Continua a existir a ideia de que não era na escola que se faziam jornalistas: «os diplomas autenticam uma profissão mas não criam uma psicologia profissional» dizia o director de um jornal (Pereira, 1959: 11/12). Mas a discussão à volta do ensino do jornalismo e a sua relação com a profissionalização acentua-se e será um dos grandes temas abordados nesse período.

Esta mudança de atitude pode ser confirmada, em 1962, nos novos estatutos do Sindicato que incluem, de forma muito clara, nas suas «atribuições e fins», a intenção de «pugnar pela criação de uma escola de jornalistas» (Estatutos do SNJ, 1962: 5).

Para esta alteração não terá sido, também, alheia a natural renovação da «classe», à medida que o peso dos mais velhos ia diminuindo dentro do jornalismo, as gerações mais novas revelam outra atitude.

Durante décadas, a admissão do pessoal para a redacção era um direito exclusivo das empresas e baseava-se apenas na «protecção, simpatia ou amizade

dos empresários», que nada exigiam em termos de habilitações, «podendo ser pessoas com formação ou sem formação intelectual» (Gazeta Literária, 1962: 2). No ano seguinte, encontramos depoimentos que denunciam esta situação como anómala, reclamam o direito de intervenção no processo de admissão do pessoal nas redacções e associam essa admissão à formação prévia. Num artigo da *Gazeta Literária* de Setembro/Novembro de 1963, intitulado «O Profissionalismo da Imprensa e seus Problemas», podemos ler:

*«O problema do profissionalismo tem que ser encarado objectivamente e não anedoticamente, a fim de que o acesso à profissão não dependa de um capricho, de uma simpatia, de um favor, mas sim de um direito conquistado pelo estudo, pela vocação, pela competência, por um diploma em forma»* (Gazeta Literária Nº 8, 1963: 2).

O discurso à volta da questão do ensino do jornalismo radicaliza-se e torna-se mais agressivo. Os jornalistas exigiam a eliminação do amadorismo na imprensa: «O amadorismo é factor de desprestígio – e um motivo de concorrência irresponsável que afecta os direitos dos profissionais» (Gazeta Literária nº 3, 1962: 2).

Em 1964, o jornalista Mário de Matos Lemos defendia que a ausência de ensino tinha como resultado, o seguinte:

*«O recrutamento para as redacções dos jornais é feito no estilo do rapazinho, que não quis ou não pode acabar o curso dos liceus ou superior. Surgem, assim, nas redacções um bom número de falhados que enveredam pelo jornalismo porque não sabem fazer mais nada do que escrever, geralmente em mau português, e mais nada lhes pedem.»* (Lemos, 1964: 28).

Este desleixo na selecção tinha como resultado o «nível baixo das redacções»:

*«Onde a velha guarda, naturalmente presa às antigas concepções jornalísticas – a nenhuma preparação teórica impede-lhes, quase sempre, acompanhar o progresso; os novos incapazes de apresentarem ideias estruturadas. Entre uns e outros, uns quantos novos, conscientes, debatendo-se, uns quantos veteranos indiferentes»* (Lemos, 1964: 39).

Mário Matos Lemos propunha que fosse criada uma Escola de Jornalismo associada à Faculdade de Letras ou à de Direito. O curso deveria ter a duração de 4 ou 5 anos, mais estágio num jornal. Este jornalista chamava, ainda, a atenção para o facto de, logo à partida, se pensar na capacidade de absorção do mercado de trabalho dos profissionais que fossem sendo preparados.

Na mesma altura, a *Gazeta Literária* dava a notícia de que o deputado pelo Círculo do Porto, Elísio Pimenta, tinha sugerido na Assembleia Nacional, a criação de um Curso de Jornalismo na recém fundada Faculdade de Letras do Porto.

## As primeiras experiências de formação

A mudança é, também, confirmada pela organização do primeiro curso de formação jornalística, em 1962, pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Este curso organizado sob a forma de palestras foi frequentado, quer por estudantes daquela instituição, quer por profissionais em exercício na imprensa portuguesa.

As temáticas abordadas estiveram a cargo de altos responsáveis da Imprensa portuguesa na altura: Pedro Correia Marques, Jacinto Ferreira, Barradas Oliveira, entre outros.

Os temas apresentados aos alunos pelo corpo docente foram os seguintes: «Técnicas de Direcção, Edição e Preparação de Jornais»; «Órgão de Opinião e Órgão de Informação»; «Ética e Responsabilidade no Jornalismo»; «Tendências Actuais da Imprensa»; «Considerações sobre o Regime Jurídico da Imprensa» e «O Jornalismo e os Modernos Meios de Audiovisuais» (AAVV, 1963)

Depois desta experiência, só voltamos a encontrar referência a uma acção de formação em 1966, organizada pelo *Diário Popular* nas suas próprias instalações.

Em termos institucionais, só em 1968 o SNJ promoveu e concretizou o «I Curso de Jornalismo» que procurou ser o «primeiro passo para a oficialização dum nível de habilitações literárias e técnicas exigidas aos futuros jornalistas do nosso país» (R & C do SNJ, 1968: 14). Este curso, que contou com o patrocínio do Ministério das Corporações, através do Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra, foi um verdadeiro sucesso. O curso destinou-se aos sócios do Sindicato e teve como objectivo a «actualização de conhecimentos de ordem geral e de carácter técnico» (R & C do SNJ, 1968: 14). Para leccionar foram convidados professores universitários, liceais, jornalistas profissionais e alguns estrangeiros.

O sucesso do curso foi tal – cerca de 200 inscritos – que, segundo o mesmo Relatório, o Sindicato se viu na «necessidade de o ministrar também por correspondência a profissionais e particulares do Porto, Província e Ultramar» (SNJ, 1968: 15).

O R&C do ano seguinte fazia o seguinte balanço da receptividade com que o curso foi recebido: serviu, sobretudo, para chamar a «atenção da opinião pública e do Governo para a necessidade de se disciplinar a aprendizagem da profissão» (R & C do SNJ, 1969: 14).

Alguns textos publicados reflectem a existência de conflito entre a «velha guarda», que via o jornalismo, ainda como uma «aventura» e os «novos valores», que viam o jornalismo como uma «profissão» com características específicas que necessitava de uma formação teórica-prática sólida que os preparasse para enfrentar os desafios que a mesma implicava.

Matos Lemos dá-nos uma descrição notável da diferença de concepções do jornalismo que se vivia nas redacções:

*«É praticamente impossível explicar a muitos dos velhos profissionais que se nasce tanto jornalista como médico ou advogado. A prática é indispensável mas o conhecimento teórico, é pelo menos tão indispensável como aquele. (...) Seria alguma vez um enfermeiro, com 20 anos de prática um bom médico?» (Lemos, 1964: 28).*

Também Norberto Lopes, que iniciou a sua carreira jornalística em 1919, revelava a existência de algum conflito de gerações no final da década de 60. Em 1967, este nome de referência do jornalismo português lamentava o facto de não haver uma escola que habilitasse os jornalistas, e como, na ausência dessa escola, era na *tarimba* que se faziam jornalistas, lamentava, ainda mais, que alguns dos novos jornalistas desdenhassem a experiência dos mais velhos «convencidos de que já nasceram ensinados», chamando-lhes «botas de elástico» (Lopes, 1967: 4).

Dois anos depois, Nuno Rocha confirmava a tensão existente dentro das redacções. Para Rocha, os mais velhos não compreendiam a «contestação juvenil», nem que esta tinha sido motor de desenvolvimento em vários pontos do mundo. Segundo ele, em Portugal o jornalismo «continuava a processar-se de modo tradicionalista, onde o jovem jornalista» vivia uma «amarga existência dentro das redacções» (Rocha, 1969: 20). Rocha chamava a atenção para o facto de nas redacções não se conhecer o «direito de expressão», uma vez que os mais velhos tinham por hábito intervir na prosa e nos títulos dos mais novos, sem qualquer justificação: «É dramático o espectáculo das redacções portuguesas, onde inúmeros jovens enfrentam o pavor de verem os seus trabalhos constantemente retalhados sem ouvirem uma explicação» (Rocha, 1969: 21).

Em 1967, o SNJ voltou a possuir um órgão de informação oficial, a revista *Jornalismo*, onde a problemática do ensino e formação dos jornalistas passa a ser um tema constante.

O primeiro número inclui o resumo de uma conferência sobre a questão do ensino dada por Fernando Teixeira, chefe de redacção do *Diário Popular*. Fernando Teixeira recordava que no início da sua carreira sentiu que «uma escola ou um curso teriam sido de grande vantagem». Este jornalista defendia que a «azáfama diária» dos jornais não permitia fazer um acompanhamento correcto dos que se iniciavam no jornalismo:

*«Pouco mais fazemos do que pedir ao rapaz que se inicia que leia, com atenção, todos os dias o jornal, que faça o serviço que lhe é marcado segundo os cânones da profissão e em linguagem simples e clara, que respeite as indicações de espaço que lhe dão, que fique com uma cópia do original dactilografado que me entregou e que compare, depois, quando vir a notícia publicada no jornal o que saiu, após as emendas que lhe foram introduzidas, com o que escreveu». (Teixeira, 1967: 18).*

Era este o método de aprendizagem praticado e o próprio reconhecia que era um processo lento e implicava muitas frustrações para os mais jovens.

Na conferência, Fernando Teixeira defendia que a organização do ensino do jornalismo deveria ser implementada pelos profissionais, não devendo estes ficar à espera do Estado ou das empresas jornalísticas. Este jornalista defendia que o ensino deveria ser de «nível universitário, embora, a princípio, funcionasse em regime de cursos livres» (Teixeira, 1967: 18).

Neste período, uma das vozes que mais apelou na revista do SNJ para que se instituisse uma Escola Superior para jornalistas foi Rui Ósório, aluno de um curso de jornalismo em Espanha. Rui Osório chamava a atenção para os prejuízos que a ausência de ensino em Portugal poderia provocar. Face à responsabilidade dos jornalistas como «promotores da opinião pública livre», estes deviam ser dotados de «uma capacitação técnica, cultural e profissional que os [qualificasse] de harmonia com a confiança que a sociedade [depositava] neles» (Osório; 1967: 14). Para Rui Osório, uma «sociedade sub-informada [era] uma sociedade subdesenvolvida», por isso, uma escola de jornalismo de nível superior, para além de garantir uma cultura geral sólida e ampla disciplina intelectual, permitiria um perfeito «domínio das técnicas do ofício» (Osório, 1967: 19).

Mas a este posicionamento racional e reivindicativo apresentado por Rui Osório e Mário Matos Lemos, ainda se opunham alguns apologistas da *tarimba*. No mesmo ano, a *Jornalismo* dava voz à indignação do jornalista César Afonso, que considerava uma verdadeira «obsessão» a ideia de querer criar uma escola de jornalismo. Para César Afonso, «um dia de prática» nas redacções continuava a valer mais que «uma tonelada de teoria». Os jornalistas deviam preocupar-se com as carências materiais dos jornais, a forma como entravam para os jornais e só depois pensar em «diplomar» jornalistas (Afonso, 1967: 20).

O nº 9 de Julho de 1969, da mesma publicação, incluía vários textos sobre a questão do ensino jornalístico em Portugal. Eram abordados temas como: «O livre acesso ao jornalismo é uma exigência natural da liberdade de imprensa» pelo deputado Nunes Barata; «Problemas específicos do Jornalismo», sobre o ensino na Europa por José Lechner; «Universidade e Informação» da autoria de Adelino Amaro da Costa.

O artigo de José Lechner, formado em Jornalismo por duas Universidades estrangeiras, apresentava um estudo exaustivo sobre 23 estabelecimentos de ensino jornalístico na Europa ocidental que incluía o resumo histórico e a descrição analítica da organização e o funcionamento desses cursos.

Em 1970, a *Jornalismo* dava conta que, nos últimos anos do governo de Salazar, a questão do ensino jornalístico interessou também à classe política nacional. Segundo Dutra Faria, jornalista da *Agência Nacional de Informação (ANI)*, naquele período houve quatro projectos simultâneos sobre o ensino do jornalismo.

Um para a Faculdade de Letras, liderado por Gonçalves Rodrigues; um para o Instituto de Ciências Sociais, Políticas e Ultramarinas defendido por Adriano Moreira; outro para a Sub-Secretaria de Estado da Presidência do Conselho para a Informação no Palácio Foz, encabeçado por Paulo Rodrigues; e ainda outro no Ministério das Corporações, defendido por Gonçalves Proença. «Mas, perante tal avalanche de projectos, cada qual apoiado numa sólida argumentação pelo seu ilustre patrocinador, o prof. Salazar receou talvez que viesse a haver jornalistas a mais, de certeza sorriu – e nada fez!» ironizava Dutra Faria (Faria, 1970: 29).

Em Março de 1970, foi eleita uma nova Direcção para o SNJ e, na tomada de posse, o presidente da Direcção declarava a intenção de executar o Artº 15 dos estatutos em vigor que pugnava pela criação de uma escola de jornalistas. A nova Direcção defendia: «Passou à história a ideia de que os bons jornalistas nascem feitos» (Costa, 1970: 7).

Estes jornalistas não concebiam que a opção pelo jornalismo tivesse algo a ver com «predestinação». O jornalista Costa Carvalho afirmava: «Eu diria que, em boa verdade, o jornalista nasce, mas para ser feito». Este jornalista defendia que a tese de que «o jornalista é aquele que nasce como tal» teve duas consequências: por um lado, tinha contribuído para «retirar méritos à criação de escolas de jornalistas», por outro, sustentou a «realidade» de os jornalistas serem «mais tolerados que aceites no seio de uma sociedade caracterizada» (Carvalho, 1970: 14). Carvalho, ironizando, dizia que em Portugal o jornalismo se processava, ainda, «ao nível da geração espontânea». O «diletantismo e autodidactismo tiveram a sua época», nos anos 70 só serviam para passar um «atestado de incompetência» aos próprios jornalistas (Carvalho, 1970: 14/15).

Segundo dados do SNJ, em 1968, 20% dos jornalistas que entraram na profissão naquele ano tinham um curso superior ou frequência universitária, o que fará desta crítica, talvez, excessiva (Ver quadro 1).

### **Quadro 1 - Habilitações Literárias dos Jornalistas em 1967/8**

- |   |
|---|
| 1º - 65% - 2º Ciclo do Liceu ou equivalência  |
| 2º - 20%- Curso ou frequência universitária   |
| 3º - 10% - 3º Ciclo do Liceu  |
| 4º - 5%- Instrução Primária (Casos excepcionais autorizados ao abrigo do CCT em vigor, quase exclusivamente repórteres fotográficos). |

Fonte: «Jornalismo» (1968), N.º 8, Novembro, SNJ

## O primeiro projecto de ensino superior

No princípio da década de 70, Portugal continuava a não possuir um ensino universitário e sistemático em jornalismo. Mas os jornalistas portugueses movimentavam-se para que esta situação se alterasse. Nesse sentido, a Direcção do Sindicato nomeou uma comissão incumbida de estudar e preparar um Curso de Superior de Jornalismo em Portugal. A Comissão era formada pelos jornalistas: Silva Costa, Jacinto Baptista, João Gomes (diplomado pela Escola de Jornalismo de Lille), António dos Reis (diplomado pela Escola de Jornalismo da Universidade de Pro Deo de Roma) e Cáceres Monteiro. Para apoiar este grupo de jornalistas, foram convidados vários consultores diplomados em universidades estrangeiras, tais como: José Lechner (diplomado pela Escola de Jornalismo de Lille e pelo Instituto Francês da Imprensa da Universidade de Paris); Oliveira Figueiredo (diplomado pela Escola de Jornalismo da Igreja de Madrid) e Carlos de Pontes Leça (diplomado pela Universidade de Navarra).

Depois de analisada e discutida a situação do ensino do jornalismo no mundo, a comissão chegou à conclusão de que o ensino do jornalismo em Portugal se justificava e teria de ser aplicado de forma sistemática, pelos seguintes motivos:

*«a) Só o ensino sistemático pode assegurar um saber mínimo comum, que identifica uma profissão e lhe assegura a subsistência; b) só o ensino sistemático das condições técnicas de objectividade permitirá ao jornalista o exercício responsável da sua missão fundamental, que é a informação objectiva; c) só o ensino sistemático pode proporcionar os conhecimentos científicos, psicossociais e tecnológicos que habilitem à utilização eficaz dos meios de informação colectiva e garantam uma informação colectiva idónea; d) só o ensino sistemático permite a formação de uma consciência profissional comum que facilite a adopção generalizada de rigorosos critérios deontológicos; e) só o ensino sistemático pode gerar o quadro exigido pela investigação das técnicas e das ciências da informação, de que dependerá o próprio progresso dos meios de comunicação de massa» (Jornalismo Nº 4, 1970: 12)»*

O documento que descrevia o projecto foi submetido à apreciação da «classe» e aprovado pela Assembleia Geral extraordinária, em 10 de Dezembro de 1970. Em 4 de Fevereiro de 1971, o presidente do Sindicato, Silva Costa, entregava ao ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, o «Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal», que previa a criação de um «Instituto Superior de Ciências da Informação», com o objectivo formar bachareis e licenciados em «Ciências da Informação», aptos a exercer «jornalismo», «radiojornalismo», «telejornalismo» e «cinejornalismo».

Durante a apresentação do projecto, o presidente do SNJ defendia-o da seguinte forma:

*«Um jornal não é uma universidade; mas também não deve ser uma exposição de imbecilidades, um estendal de propaganda ou uma fábrica de imprecisões. Só o ensino ao nível dos estudos superiores pode organizar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos de que depende hoje a preparação do jornalista (...)»*, (Costa, 1970: 16).

Este projecto foi elaborado à semelhança de outros cursos superiores: 3 anos para o bacharelato (2160 horas de aula), 5 anos para licenciatura (3600 horas de aula) e doutoramento de acordo com o decreto-lei N.º 388/70.

O acesso ao curso seria igual ao exigido para a frequência de qualquer curso universitário ou o exercício de jornalismo há mais de 5 anos, para indivíduos com mais de 25 anos.

O curso teria três grandes domínios que constituíam a sua «espinha dorsal»:

*«Ciências da Informação – que estudam o fenómeno da notícia – sua natureza, sua comunicação, seus efeitos psicossociais; a Técnica da Informação, que parte daquelas ciências para fixar as regras do processo informativo e condições de objectividade, mas também resultado da experiência acumulada de conhecimentos e procedimentos da profissão, ensaio do respectivo exercício e estudo prático da aplicação da cibernética aos meios de transmissão de notícia; e Cultura para a Informação que se constituía de um saber polivalente extremamente actualizado, inclusive no domínio do instrumento essencial da comunicação – a linguagem»* (Jornalismo N.º 4, 1970: 12).

Em 1971, a principal instituição representante dos jornalistas dava finalmente passos concretos para que os candidatos à profissão fossem preparados por uma formação académica universitária, procurando, assim, assumir o controlo sobre a sua formação. O ensino deixava de ser visto como um elemento apenas útil, que contribuía para a elevação intelectual dos jornalistas e mais valia de promoção social, para passar a ser visto como um elemento essencial para o exercício adequado da profissão.

As novas concepções do jornalismo não se coadunavam com «vocações genuínas», nem espírito de «aventura». Não se ia para jornalista por ter «boa pinta», mas sim por possuir uma competência técnica e teórica, que assegurasse a subsistência dos profissionais e que permitisse o desempenho da profissão com responsabilidade, objectividade, eficácia, idoneidade e rigor.

O acesso à profissão deixaria de ser feito pelo sistema de «porta aberta», passando a ser um direito conquistado pelo estudo, pela vocação, pela competência e por um diploma académico.

A mudança de mentalidade e o esforço dos jornalistas não foi, contudo, suficiente para lutar contra o regime político. Segundo Luís Humberto Marcos, o regime «teve medo das consequências e esqueceu-o» na gaveta e o projecto nunca obteve aprovação superior (Marcos, 1986: 282).



Entretanto, em 1971, o grupo financeiro «Borges & Irmão» obteve autorização para criar uma Escola Superior de Meios de Comunicação Social, onde eram ministrados os cursos superiores de Jornalismo, de Relações Públicas e de Publicidade. Estes cursos não obtiveram reconhecimento oficial e a escola não sobreviveu ao processo de nacionalizações em 1975 (Agge e Traquina: 1988).

A «classe» teve que esperar até 1979 para que surgisse a primeira licenciatura em Comunicação Social no âmbito do ensino superior oficial. A portaria n.º 663/79, de 10 de Dezembro, estabelecia o plano de estudos da licenciatura em Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

## Conclusão

Como vimos, o desenvolvimento de uma «cultura profissional» que resulte na profissionalização de determinada actividade passa pela existência de um «corpo teórico sistematizado» ministrado a nível académico.

No caso português constatámos um inegável atraso nesta matéria, uma vez que até à década de 80 do século XX não existiu qualquer forma de ensino ministrada de forma sistemática nesta área. Até essa data, os projectos não passaram de intenções.

Em nosso entender este atraso teve dois grandes motivos. A primeira razão, mais implícita do que explícita, relaciona-se com o tipo de regime político vivido no nosso país. Ao Estado Novo não interessou formar jornalistas, preferindo mantê-los num estado de menoridade. E aqui não podemos deixar, dadas as semelhanças políticas vividas pelos dois países, comparar as experiências vividas pelos jornalistas portugueses e espanhóis.

Apesar de ambos os países viverem sob regimes totalitários similares, os seus dirigentes tinham entendimentos diferentes sobre a imprensa e consequentemente sobre os seus profissionais. Franco transformou a imprensa num instrumento do Estado ao serviço da ideologia franquista. Salazar via a imprensa como um potencial veículo de oposição ao regime. Esta diferença ditou desenvolvimentos diferentes na questão da formação dos jornalistas nos dois países. Segundo Juan A. Giner (1983), a criação da escola, em 1941, não foi mais do que o último passo dado pelo governo franquista no sentido de completar o «processo» de controlo do Estado sobre os media e sobre o «treino/formação» dos jornalistas espanhóis.

Em Portugal, pelo contrário, não só o Estado não promoveu qualquer tipo de esforço no sentido de *educar* jornalistas, como não apoiou ou deu seguimento às iniciativas apresentadas pela «classe», quer em 1941, quer em 1971. Como refere Luís Humberto Marcos, o «medo das consequências» que uma «classe»

cultural, social e profissionalmente bem formada exercia sobre o regime, fez com que o mesmo preferisse que os jornalistas se mantivessem num estado de menoridade intelectual e profissional.

A segunda razão prende-se com o entendimento que os jornalistas faziam da questão. Mesmo conseguindo detectar uma evolução no pensamento e nas atitudes dos jornalistas portugueses, a mensagem principal que os seus depoimentos nos deixam sobre esta matéria é a de divisão de opiniões e conceitos. De um lado estavam os apologistas de que para ser jornalista bastava a *tarimba*. Para estes, dignidade profissional passava apenas pelas conquistas materiais, os vencimentos, a previdência. Do outro, os defensores de que o facto de a formação dos jornalistas se fazer exclusivamente na vertente prática, nas redacções, era um motivo de diminuição dos seus profissionais e falta de profissionalismo, o que ditava a incapacidade de controlar outros aspectos, como o acesso à profissão. Esta divisão enfraqueceu o poder de reivindicação da «classe» nesta matéria.

Nas primeiras décadas do século XX, a questão do ensino do jornalismo surgia encarada como uma questão secundária da profissão. Os defensores do ensino do jornalismo eram raros e a sua existência considerada mais como complementar do que como fundamental para o exercício do jornalismo. Porque «em rigor» os jornalistas «não se faziam», «nasciam» jornalistas. Julgamos que, neste período, face à desorganização e dificuldades materiais da «classe», a formação académica, seria vista mais como um luxo do que uma necessidade real. A falta de convicção dos jornalistas e desinteresse do regime, ditaram o fracasso do primeiro projecto do SNJ, em 1941.

A década de 50 é marcada por um discurso um pouco mais afirmativo, no sentido de que era necessário uma formação prévia para se ser jornalista e que essa formação deveria ser ministrada ao nível universitário, à semelhança do que se passava nos restantes países da Europa. Em 1958, e pela primeira vez, um documento do SNJ coloca, claramente, essa formação no ensino superior, mas sem consequências.

Mas o grande momento de viragem ocorre na década de 60 em que surgem as primeiras experiências de formação, ainda que de uma forma esporádica e fora do ensino profissional. No entanto, ao nível do discurso constatámos uma verdadeira radicalização dos termos usados sobre a necessidade de ensino superior e da sua relação directa com o profissionalização do jornalismo em Portugal.

Na década de 70, a questão do ensino colocava-se em duas vertentes: por um lado, passa a ser referida como um elemento essencial e não secundário para os aspirantes a jornalistas e para o prestígio do jornalismo e dos jornalistas; por outro, esse ensino tinha que ser ministrado a nível universitário e de forma sistemática; com um conteúdo teórico que assegurasse não só a preparação

prática da profissão, mas, também que incentivasse, o estudo, o debate e a investigação sociológica sobre o jornalismo/informação.

O jornalismo passa a ser encarado pelos jornalistas como uma actividade que necessita de ser aprendida no âmbito de planos académicos e constituir um objecto de estudo para que seja compreendido, orientado e melhorado.

A existência de um curso é apontada como um meio de dignificar a profissão, à semelhança do direito e da medicina e uma forma de dotar os jornalistas de instrumentos que lhe permitissem responder de forma adequada as exigências impostas pela sociedade.

Esta radicalização teve como consequência o surgimento de projectos estrategicamente fundamentados e elaborados, que equacionavam a formação jornalística na sua dimensão sociológica e comunicacional, como foi o caso do «Projecto de Ensino de Jornalismo», em 1971. Todavia, os jornalistas portugueses só o conseguiriam implantar depois da queda da ditadura, muitos anos depois.

## Bibliografia

- Agge, W. e N. Traquina (1988) *O Quarto Poder Frustrado: Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*, Lisboa, Veja.
- AAVV (1963), *Curso de Jornalismo*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.
- Barber, B. (1963) *Some Problems in de Sociology of the Professions*, Vol. 92, N°4.
- Ferenczi, T. (1996) *La Invention du Journalisme en France: Naissance de la Presse Moderne à la fin do XIX*, Paris, Editions Payot et Rivages.
- Ferreira, R. (1945) *Nos Bastidores do Jornalismo*, Lisboa, Edições Romano Torres.
- Freire, J. P. (1936) *Escolas de Jornalismo*, Porto, Editora Educação Nacional.
- Lemos, M. M. (1964) *Liberdade de Imprensa em Portugal e outros Ensaio*s, Lisboa, Edição de Autor.
- Maxwell, K. (Org.) (1983) *The Press and de Rebirth of Iberian Democracy*, London, Greenwood Press
- Noobs, J. (1983) *Sociology in Context*, London, MacMilan Education.
- Rocha, H. (1946) *Jornalistas*, Porto, Liga Portuguesa de Profilaxia Social.
- Rocha, N. (1968) *Guerra em Moçambique: um repórter na zona de combate*, Lisboa, Ulisseia Limitada.
- Sarmento, J. (1937) *Cidade de Mármore*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- Soloski, J. (1989) *O Jornalismo e o Profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*, in Nelson Traquina (Org.)(1993) «Jornalismo: Questões, Teorias, e "estórias"», Lisboa, Vega, 91-100.

## Artigos

- Afonso, C. (1967), *Introdução à escola de jornalismo*, in «Jornalismo», nº 1, 1ª Série, Abril, Lisboa, SNJ, pp. 19-20.

- Carvalho, C. (1970) *Jornalista: homem de carne e osso*, in «Jornalismo», N.º 1, 2.ª Série, Janeiro/Fevereiro, Lisboa, SNJ, pp. 14-17
- Costa, S. (1970) *Novas Perspectivas para a Acção Sindical*, in «Jornalismo», N.º 1, 2.ª Série, Janeiro/Fevereiro, Lisboa, SNJ, pp. 6-8
- Cunha, A. (1941) *Jornalismo Nacional: das Malogradas Associações de Imprensa, à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*, Lisboa, Conferência Proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, Separata do Boletim do SNJ, N.º 2, Junho 1941, pp. 7-39.
- Faria, D. (1970) «Notícia publicada no jornal «Notícias» de Lourenço Marques», in «Jornalismo», N.º 5, 2ª Série, Setembro/Outubro; Lisboa, SNJ, p. 29.
- Giner, J. (1983) *Journalists, Mass Media, and Public Opinion in Spain, 1938-1982*, in Maxwell, Kenneth (Org.) «The Press and de Rebirth of Iberian Democracy», London, Greenwood Press, pp. 34/38
- Greenwood, E. (1957) *Atributes of a Profession*, Social Work.
- Jobin, D. (1957) *Uma conferência sobre Jornalismo*, in «Gazeta Literária», N.º 56, Vol. V, Abril, Porto, AJHLP, p. 48.
- Lopes, J. (1970) *O Fogo Sagrado a Correr nas Veias*, in «Jornalismo», N.º 1, 2.ª Série, Janeiro/ /Fevereiro, Lisboa, SNJ, pp. 22-23
- Marcos, L. H. (1986) *Formação Profissional: começo e futuro*, In AAVV, «IIº Congresso dos Jornalistas Portugueses» Lisboa, Secretariado da Comissão Executiva do Congresso, pp. 281-285.
- Osório, R. (1967) *Temas para Diálogo: Jornalistas: Homens Ponte*, in «Jornalismo», N.º 5, Ano I, Dezembro, Lisboa, SNJ, pp. 18-19-32
- Pereira, A. (1959) *Jornais, Jornalistas e Público*, in «Gazeta Literária», N.º 5, 2ª Série, Novembro, Porto, AJHLP, pp. 11-12.
- Rocha, N. (1969) *Para a Criação de uma Imprensa Melhor*, in «Jornalismo», N.º 9, Ano 3, Julho, Lisboa, SNJ, pp. 20/21/52.
- Rodrigues, U. T. (1957) *O Congresso da Fedatation Internationale des Redacteurs em Chef: A propósito da sua realização em Portugal - Meditações sobre um Congresso*, (Notícia do Diário Ilustrado) in «Gazeta Literária», N. 57, Vol. V, Maio, Porto, AJHLP, pp. 71/72/84.
- Serra, A (1952) *Caixa de Reformas dos Jornalistas* in «Gazeta Literária» N.º 4, Ano I, Dezembro, Porto, AJHLP, pp. 79-80.
- Teixeira, F. (1967) *Escolas de Jornalistas*, in «Jornalismo», N.º 1, Ano I, Abril, Lisboa, SNJ pp. 17-19.

### **Revistas e Jornais**

- Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, Lisboa, N.º 1, Maio de 1941, N.º 2, Junho de 1941, N.º 3, Julho/Agosto/Setembro de 1941, N.º 4, Outubro/Novembro/Dezembro de 1941, N.º 5. 1945; Director Luís Teixeira, SNJ.
- Gazeta Literária* (Orgão da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto), Porto, Ano I, N.º 1, Setembro de 1952; N.º 2, Outubro de 1952, N.º 3, Novembro de 1952, N.º 4, Dezembro de 1952.

*Gazeta Literária* (Órgão e Propriedade da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto), Porto, 3ª Série, Ano X, N.º 3, Julho/Setembro de 1962, Ano XII, N.º 8, Setembro/Novembro de 1963, Editor: Joaquim Salgado, AJHLP.

*Jornalismo* (Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas), Lisboa, Ano 2, N.º 8, Novembro de 1968.

*Jornalismo* (Publicação do Sindicato Nacional dos Jornalistas), Lisboa, 2ª Série, N.º 4, Julho/Agosto de 1970, Dir. Manuel de Azevedo, António dos Santos, Manuela Alves, João Salvado, e César Príncipe, Edição do SNJ.

### ***Outras Fontes***

ESTATUTOS DO SINDICATO NACIONAL DE JORNALISTAS: de 1934, 1941, 1962, Lisboa, SNJ.

RELATÓRIO E CONTAS do Sindicato Nacional de Jornalistas: de 1952 a 1970, Lisboa, SNJ.

